



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

trutura, mas, e se a pala cai? Artur Neves refere que não pode aceitar o que António José disse, apelou à Presidente da Assembleia, referindo que não pode aceitar que seja dito que essas palavras são da sua autoria, porque é mentira, só se limitou a ler um excerto da página doze do relatório. António José corrigiu o que disse, e pediu desculpa se por acaso se fez entender mal. De seguida, leu o excerto da página doze do relatório, que fala das condições do piso inferior do auditório. Questionou, se não existe problema na estrutura do piso, se o problema está na estrutura de cima, se está em perigo iminente, se esta cai, cai para onde? Refere também que em dois mil e dezoito não havia verba, como o Artur tinha referido, porque é que em Abril de dois mil e dezoito quando se falou no assunto não foi acautelada essa verba para dois mil e dezanove, ainda mais se as obras começaram em dois mil e dezanove e, se era uma preocupação do executivo, só foi acautelada para dois mil e vinte, porquê?-----

Luísa Rodrigues refere que a população desconhece que existe um perigo eminente e o que estão a discutir, por isso a colocação das fitas não é só para satisfazer os seus pedidos, mas é para informar a população que existe um perigo, se as pessoas quiserem ir lá, podem ir, mas pelo menos existe informação de que ali existe um perigo. Refere que em relação à sua pergunta anterior onde perguntou qual a posição do executivo em relação ao relatório e não se iriam acatar as decisões da assembleia, porque isso são obrigados a fazer. Em relação à presença do técnico, realmente, no início, terá sido colocada a questão se haveriam perguntas técnicas, mas como nenhum deles é técnico, claro que não haviam perguntas técnicas a fazer, mas se soubessem, com antecedência, que iria estar presente o técnico, preparariam melhor a assembleia de modo a questionar e terem respostas a algumas dúvidas, porque realmente ninguém do executivo é técnico para responder a perguntas técnicas.-----

Rui Moreto começou por dizer que acha falta de transparência, o fato do Presidente da Junta não os ter informado da presença do técnico que fez o relatório, porque a abordagem seria completamente diferente. Quando o Presidente nos questiona sobre questões técnicas, não sendo ele um técnico, não faz muito sentido, mas, mesmo sendo questões técnicas e se há um técnico, talvez o técnico consiga traduzir essa parte técnica. Por isso acha que o Presidente esteve mal nesse ponto. Em relação ao parecer/decisão da reunião do executivo de três de Junho concorda com o fato de se respeitar o relatório, porque um relatório técnico com este tipo de gravidade tem de ser sempre levado a sério e, se tem de ser levado a sério, mais uma vez reforça, e já não diz vinte de Maio, mas a três de Junho, aquando da reunião do executivo, não deviam ter avisado a população, com um aviso ou um edital para elucidar as pessoas porque o "diz que disse", também chega a muito lado. Também disseram que avisaram as comissões de festas para terem cuidado com a utilização das salas, ou para retirarem as coisas, mas avisaram porque iriam ser feitas obras, ou porque havia risco iminente. Seria de bom-tom que as pessoas que utilizam o auditório fossem avisadas para terem mais cuidado com a sua utilização. Têm uma decisão de três de Junho e não interditam o auditório até uma decisão posterior, é uma questão de responsabilidade e de prevenção. A mesma questão já foi colocada, mas se

Artur

João Fernandes

B.

R.

Dr.

Senhor.



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

cair, é muita tonelada e não passa nada para baixo? A estrutura aguenta? Fala da questão do custo do relatório e do fato de não haver contraditório e de algumas questões que foram colocados sobre quem é o técnico, o perito. Também não o conhece, mas também não tem de o conhecer, mas não havendo contraditório questiona, em assembleia, qual o custo do parecer técnico, é assim tão caro, não é possível um segundo relatório? Se no dia três de Junho o executivo resolveu respeitar o parecer deste relatório, o que é que já desenvolveram após esta decisão? Já encomendaram custos e orçamentos? Já têm ideias ou projetos? O que é que desenvolveram após esta reunião, tendo em conta a decisão de respeitar o relatório? Voltando ao relatório técnico, volta a questionar se custou muito dinheiro e se não foi possível pedir uma segunda avaliação, partindo do princípio que terá de ser posto abaixo. Nessa altura está previsto um relatório para assegurar que o que fica do auditório tem condições de segurança, ou será necessária uma demolição completa? São muitas questões que ficaram por responder e que não divulgaram, têm aqui muita coisa para discutir não é só o relatório, mas, apesar disto, o auditório deve ser interditado conforme está escrito, é uma situação evidente e não é um capricho da assembleia, referiu Rui Moreto, falando diretamente para o Presidente da Junta. Está previsto a retirada do mural de azulejos da Nossa Senhora da Saúde enquanto ainda está em condições de o fazer? Ou simplesmente vai junto com a demolição da pala?-----

De seguida, Artur Neves fez uma correção, de que, a reunião do executivo data de dois de Junho e não de três de Junho.-----

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Junta para responder às questões. Respondendo a António José sobre a vistoria, refere que o Presidente da Câmara foi informado e decidirá sobre a necessidade de fazer essa vistoria. Em relação à verba de dois mil e vinte e à necessidade de pedir o estudo, refere que foi uma pergunta que já foi respondida e este assunto está encerrado. O técnico estava na sala, foi questionado se havia alguma pergunta técnica, como disseram que não, ele fez sinal ao técnico. Referiu que todos viram que fez um sinal, para dispensar o senhor. Respondendo a Rui Moreto sobre "falta de transparência", diz que uma coisa que este executivo tem é falta de transparência. Acrescenta que, se já recebeu as contas poderá verificar a transparência, e isso deve-se ao trabalho do Secretário Artur Neves, por isso não aceita essa acusação de falta de transparência por parte do executivo. Reuniram com as comissões de festas, pediram para retirarem as coisas, disseram que o auditório estava interdito e não se aprofundou mais o tema, porque o assunto iria ser debatido em Assembleia de Freguesia, não fazia sentido estar a passar informações quando um assunto que iria ser debatido em Assembleia. Em relação ao custo do parecer, o mesmo poderá enviar por email, sem qualquer problema. Sobre a questão dos azulejos, o Presidente irá perceber o que há a fazer.-----

A Presidente da Assembleia disse que se não existiam mais intervenções, poderia o presidente concluir.-----

António José pediu para falar, refere que volta a insistir, o Presidente disse que em relação ao estudo não ter sido pedido em dois mil e dezanove a questão está respondida, mas não sabe, se em dois mil e dezoito não have-



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

ria verba? O Presidente responde que em dois mil e dezoito não foi falta de verba, mas sim a transição do executivo anterior. Voltou a esclarecer o que o Artur já tinha referido, e conforme aprovado em Assembleia de Freguesia, em dois mil e dezanove quando pediram orçamentos para a reconstrução do auditório e da "casa dos CTT" é que foram aconselhados a pedir o estudo. Questiona António José, aconselhados por quem? Responde o Presidente, por quem deu os orçamentos, pois percebem mais disso do que nós. António José pediu novamente a palavra e pediu para ficar escrito em ata que continua a não estar esclarecido em relação a este ponto. Pode ser falha sua, e se for pede desculpa ao executivo, mas continua a não estar esclarecido neste ponto, que é, se em dois mil e dezoito transitou o orçamento, não tinham verba para esta matéria e se já era uma preocupação em dois mil e dezoito e uma urgência face ao problema da segurança porque é que não foi salvaguardado logo uma verba em dois mil e dezanove sobre esta temática e porquê só em Maio de dois mil e vinte?-----

Artur Neves volta a fazer uma resenha histórica: em 2018, quando este assunto veio à Assembleia em Maio, o orçamento já tinha sido aprovado, sendo que a principal preocupação deste executivo, nesse ano, era o alargamento do cemitério e a aquisição de terreno. Se se lembram, à verba que o executivo tinha, foi acrescentada uma outra verba, pela Camara Municipal, que se destinava à compra do terreno da " casa do ervanário " durante o ano de dois mil e dezoito. Em 2019 não havia esta preocupação da segurança do auditório, por parte do executivo, porque na assembleia de Maio de dois mil e dezoito, houve uma informação de que se teria levado lá alguém e que esse alguém teria aferido que não havia perigo, por isso o executivo em dois mil e dezanove não teve a preocupação de fazer obras no auditório e, como já foi referido, as obras iriam arrancar na arraial. Em dois mil e vinte, o Plano de Investimento foi aprovado em Dezembro de dois mil e dezanove e o Plano de Investimento incluía uma verba para melhoramentos do auditório e para a "casa dos correios", obra para ser executada em dois mil e vinte. Começaram, então, a solicitar orçamentos e foram alertados que, face à verba que tinham para gastar e face ao estado em que o auditório se encontrava, as obras não deveriam ser feitas, observaram a presença de várias fissuras e as verbas não eram suficientes para as obras necessárias. Em face do alerta que nos foi dado, resolveram pedir o estudo sobre a segurança do auditório e a partir daí começou todo o processo. Durante todo este processo houve muito trabalho de pedido de orçamentos, levantamentos topográficos, etc, e que resultou no relatório que agora temos em mãos. Rui Moreto voltou a questionar o preço do relatório, e insiste que fique em ata que não foi respondida a sua questão, ao que o Presidente respondeu que tinha dito que enviava por email, mas perante a insistência poderia suspender a assembleia, procurar e divulgar. Rui Moreto referiu que não tinha percebido que iria ser enviado por email e que, neste caso, aceita que seja feito assim.

O Presidente da Junta referiu que, perante o relatório, resolveram começar a trabalhar, e apresentaram um esboço, não vinculativo, sendo só uma base de trabalho para o que poderá ser feito no auditório. Não irá ser sujeito a discussão visto ser só um esboço. De seguida foi passado um filme com o

Manly

João Inácio

S.

R.

A.

Renato

F. J.



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

referido esboço. No fim da apresentação do filme o Presidente referiu que o painel de azulejo provavelmente não poderá ser aproveitado, mas que está salvaguardado um outro painel da Nossa Senhora da Saúde. Passou a explicar que as dimensões do auditório poderão ser maiores, a estrutura feita com materiais mais leves, que pode assentar na estrutura já existente. Voltou a explicar que isto é só uma base de trabalho, poderá ser assim ou diferente. Referiu que isto tudo tem custos, o ano em curso está definido, poderá ser hipotecada a nossa verba da Câmara Municipal para esta obra, poderá ser feito um pedido extraordinário à Câmara, também falou em grupos de trabalho que poderiam ir para a rua tentar angariar fundos, apelou às comissões de festas, com quem já reuniu junto com o Senhor Padre, apoiando com o dinheiro excedente das festas, pois o auditório é fundamental para a realização das festas. Falou diretamente da comissão de festas do Santo António que irá fazer a festa em Outubro e apelou à colaboração da comissão da Senhora da Saúde, com a autorização, claro, do Senhor Padre. Referiu ainda que o orçamento, por alto, só para se ter uma ideia, será de cem mil euros.

A Presidente da Assembleia referiu que o ponto único da assembleia já tinha sido debatido, e concluído, mas que o executivo resolveu apresentar considerações e esclarecimentos, um estudo daquilo que poderia ser uma solução. Assim sendo, resolveu dar palavra aos membros da Assembleia, para algum esclarecimento.-----

José Lopes resolveu apresentar um protesto, porque o Presidente não respondeu a uma pergunta sua na primeira parte, a questão era se já tinha algum estudo, algum projeto e lamenta o facto de o Presidente não ter respondido, mas com a apresentação deste esboço acabou por responder à questão e acaba agradecendo.-----

A Presidente da Assembleia, Sílvia Nolasco, disse que o ponto único desta assembleia era, **apreciação e análise do relatório de peritagem realizado ao auditório**, se houvesse mais informações essas seriam dadas pelo Presidente ou pelo executivo e que isso seria na segunda parte, mas respeitou, que será registado o protesto de José Lopes. José Lopes respondeu que essa informação deveria ter sido dada pelo Presidente, tendo o Presidente dito que foi exatamente isso que respondeu a várias pessoas, (incluindo ao público), dizendo que responderia a seguir, deduzindo-se, assim, que haveria uma segunda parte. Sílvia Nolasco disse que o protesto ficaria registado. António José referiu que no início da Assembleia foi votada e retirada a palavra votação do ponto único, questionou se a Presidente da Assembleia tinha conhecimento desta segunda parte, e se tinha, deveria ter sido acrescentado outro ponto. A Presidente referiu que tinha conhecimento de um estudo, só de um estudo e que todos estariam abertos a uma discussão saudável. António José referiu que todos colocaram questões abertas e o que esperava era que a Presidente solicitasse abertamente ao executivo que respondesse às questões. E, pergunta, abertamente, se a Presidente tinha conhecimento daquele estudo, a Presidente respondeu que não. António José questiona se a Presidente autorizou que fosse incluído numa segunda parte na Assembleia, sem o consentimento dos restantes membros. A Presidente respondeu que sim, porque achava que era do interesse de todos.



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

António José voltou a referir que, após o relatório de vinte de Maio e a reunião do dia dois de junho não houve preocupação com a segurança do que lá estava, mas houve preocupação para fazer estudos. Volta a repetir que está salvaguardada uma verba deste ano para as obras de requalificação do auditório, aprovada em assembleia, foi pedido o estudo, tendo em conta os orçamentos pedidos, chegaram à conclusão que a verba era insuficiente para as patologias apresentadas e pergunta, de onde é que saiu a verba para fazer o estudo? Saiu da verba para as obras? Se assim foi, o que é que sobra da verba da Junta para se fazerem as obras? Disse que ainda não percebeu de onde é que saiu o dinheiro para se fazer o estudo, porque não estava salvaguardada verba para fazer o estudo. Sílvia Nolasco respondeu que não estava salvaguardada verba porque não se sabia o estado em que se encontrava o edifício, logo não se sabia se iria ser necessário um estudo. António José disse que em dois mil e dezoito foi pedido um estudo para saber a segurança do edifício. Sílvia Nolasco referiu que em dois mil e dezoito se basearam numa reunião do executivo anterior, que pediu um estudo e que afirmava que o edifício era seguro e, como nesse ano as prioridades eram outras, como a ampliação do cemitério, foi nesse ponto que se focou o executivo.-----

O Presidente da Junta pediu para intervir, também para elucidar o público e disse que isto é da competência do executivo e que, se assim o entendessem, poderiam pôr a pala abaixo e fazer as obras de reconstrução, mas entenderam que as coisas não deveriam ser feitas assim, pediram a realização desta Assembleia para que o público e os membros da assembleia tivessem conhecimento de tudo e pudesse ser debatido.-----

Luísa Rodrigues referiu que se essas informações tivessem sido fornecidas previamente teria evitado muitas questões. Em relação à estimativa de cem mil euros, pergunta se inclui todo o trabalho desde o relatório até ao fim da obra, ou só a obra em si? Este valor também inclui as obras necessárias no piso inferior?-----

Rui Moreto fala diretamente com a Presidente da Assembleia de Freguesia e diz que com frontalidade e respeito não se deve prestar a este papel, uma vez que é a Presidente da Assembleia de Freguesia e tem o dever de coordenar para que a Assembleia decorra nas melhores condições e que os membros sejam devidamente elucidados porque são os verdadeiros fiscais da atuação do executivo e, promovendo um debate construtivo, e portanto, aquilo que acabou de fazer é quase que o comportamento de executivo, tendo, nas suas considerações extravasado as suas competências, deve ser mais neutra. Por escrito, foram colocadas uma série de perguntas, que iam de encontro a esta apresentação, a Presidente não foi capaz de providenciar que fossem fornecidas todas as informações, porque era do interesse de todos ou, como faz sempre, deveria trazer à Assembleia. Defender-se, dizendo que era do interesse de todos, extravasa as suas competências, tem de os questionar. Sílvia Nolasco responde que reencaminhou os emails com as perguntas para o executivo responder. Rui Moreto diz que tem de pressionar o executivo para responder, para defender a Assembleia, porque a Assembleia é dela. Rui Moreto continua dizendo que "a quente" acha o esboço interessante, que já contempla o aumento do auditório, o que irá resolver o

Sílvia Nolasco
Jose Fernando
S. Nolasco
Rui Moreto
S. Nolasco
Rui Moreto



Assembleia de Freguesia de Fermentelos

problema que existe em todos as festas, com o número de elementos das bandas filarmónicas. Questiona, como o estudo prevê a demolição da pala, o preço da demolição está incluído nos cem mil euros, ou se daria para incluir nos custos das obras do arraial, visto o auditório estar no arraial, assim poderia ser poupado algum dinheiro. Questiona também se neste orçamento está incluído a impermeabilização da cave, reparação da estrutura eléctrica, reparação de canalização e esgotos que todos sabem que tem problemas. Não verificou nas obras do arraial movimentação de terras para verificar canalização e esgotos, mas pode estar enganado. Portanto quer saber se os cem mil euros incluem essas reparações, porque não adianta ter "cara lavada", e a casa de banho entupida. Relativamente ao painel de azulejo, questiona, se o que foi apresentado é uma réplica do existente. Por questões de prevenção, segurança, e para evitar alguma responsabilidade no caso de existir alguma fatalidade, decorrente do estado do auditório deixa uma declaração, uma recomendação para a interdição do auditório que se anexa à ata.-----

O Presidente da Junta, Carlos Lemos responde dizendo que os cem mil euros podem ser cento e vinte ou oitenta mil. São valores meramente indicativos e está incluído desde a demolição até à fase final. Responde a Rui Moreto, referindo que os esgotos ficaram resolvidos aquando das obras de requalificação do arraial, assim como o problema da água. A parte eléctrica será posteriormente revista. Não está incluído nestes cem mil euros o estudo acústico.

A Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos pelas vinte e três horas.-----

Silvia Ferreira Nogueira Neves
Cristina Simões Pereira
João José Pepino Fernandes
Alfredo da Costa

PATERA DOS SANTOS ROSA Pires.

Luís Rodrigues

António José Pires Fernandes

Rui Lopes Pires Costa